

Globethics Repository



Verdades e mitos sobre a Amazônia [Truths and myths about the Amazon]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	dos Santos, Antônio
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-12 19:45:12
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/162328

Verdades e mitos sobre a Amazônia

ENTREVISTA COM ANTÔNIO DOS SANTOS

Em entrevista exclusiva, concedida por e-mail à IHU On-Line, Antônio dos Santos, professor na Universidade Estadual do Amazonas (UEA), desvendou alguns dos mitos que cercam a Amazônia. Segundo ele, os quatro principais mitos seriam: 1) a Amazônia ser considerada o pulmão do mundo; 2) a floresta ser tão rica a ponto de produzir recursos econômicos contínuos e por longo tempo; 3) a floresta possuir riqueza em produtos madeireiros; e 4) que a floresta tropical está sendo destruída à velocidade de um campo de futebol por segundo. O pesquisador esclarece, ainda, a história que circula pela internet de que a Amazônia não faz mais parte do mapa brasileiro, e questiona o papel das ONGs presentes na região. E enfatiza: “O principal adversário da Amazônia é o desconhecimento a que a região está submetida”.

Graduado em Química pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Santos é especialista em Metodologia de Avaliação de Impactos Ambientais pela mesma instituição. É mestre em Limnologia, área de concentração Ecologia e Recursos Naturais e doutor em Ciências, área de concentração em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Entre suas inúmeras atividades profissionais, destacamos: professor orientador do Curso de Pós-Graduação em ensino de Ciências na Amazônia - UEA/ENS, membro permanente Comitê da Bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açu, membro titular do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do estado do Amazonas, vice-presidente da Organização não Governamental - Fundação para o Ecodesenvolvimento da Amazônia - ECOAMAZÔNIA, com sede em Boa Vista, Roraima. É, também, assessor, consultor e perito ambiental em diferentes projetos de desenvolvimento na Amazônia, além de membro permanente do Comitê das Águas da Fundação Rede Amazônica.

IHU On-Line - Quais são os maiores mitos ambientais que envolvem a Amazônia? A questão de que esse ecossistema não faria mais parte do mapa brasileiro é um deles? Qual é o fundamento dessa afirmação que circula, sobretudo, na internet?

Antônio dos Santos - O último Censo Agropecuário da FIBGE mostrou que um quinto das áreas alteradas (áreas de floresta primária e secundária e de cerrado), submetidas ao uso agropecuário na Amazônia, estão abandonadas. Essas áreas degradadas estão concentradas no chamado arco do desmatamento. Segundo Alfredo

Homma¹, as políticas públicas para a Amazônia devem estar focadas para a recuperação e uso de mais de 60x106 hectares que foram desmatados e que representam a soma dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o que mostra o potencial agrícola que poderia ser obtido com a aplicação correta de práticas agrícolas e de atividades mais adequadas. Com investimento em tecnologia e insumos básicos esta área poderá produzir em biodiesel o equivalente a 68 milhões de barris/dia, correspondendo a sete vezes a totalidade de petróleo produzido pela Arábia Saudita.

Mitos e verdades ambientais

Os mitos ambientais sobre a região dizem respeito a: 1) ser ela considerada o pulmão do mundo. Este é um equívoco que vem se espalhando continuamente desde que o Professor Harald Sioli², de tão saudosa memória, disse em uma conferência que a Amazônia poderia ser vista como um pulmão em sentido inverso, isto é, capaz de absorver gás carbônico mais do que produzir oxigênio. Suas palavras foram decodificadas de forma errônea, gerando esse mito que permanece nos discursos de muita gente pelo Brasil afora; 2) a exuberância da floresta, que leva muita gente a pensar na riqueza do solo e, portanto, na capacidade de produzir recursos econômicos de forma contínua e por longo tempo; 3) percepção imprecisa de que a floresta é rica em produtos madeireiros. Na verdade, o que se pode extrair de madeira para fins

1 Alfredo Kingo Oyama Homma: agrônomo brasileiro, pesquisador na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental. É autor de, entre outros, *Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e possibilidades*. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993 e *Amazônia: meio ambiente e tecnologia agrícola*. Belém: Embrapa-CPATU, 1982. (Nota da *IHU On-Line*)

2 Harald Felix Ludwig Sioli (1910-2004): iniciador da ecologia tropical alemã, antigo diretor do departamento de Ecologia Tropical do Instituto Max-Planck de Limnologia em Plön. Iniciou, no começo dos anos 1960, a cooperação com o INPA, que culminou com o Projeto INPA/Max-Planck, que já dura mais de 30 anos, com inúmeros produtos de grande importância para a Amazônia. (Nota da *IHU On-Line*)

econômicos se aproxima dos seis metros cúbicos por hectare; e 4) o discurso do senador americano Albert Gore³ de que a floresta tropical estava sendo destruída à velocidade de um campo de futebol por segundo. Por outro lado, existem muitas verdades sobre a floresta e que não se mostraram capazes de despertar a consciência nacional, como por exemplo: 1) ela possui a maior biodiversidade do planeta; 2) possui mais de cinco mil espécies de uso medicinal; 3) possui um banco genético com mais de dois milhões de microorganismos; 4) um potencial mineral ainda não determinado em sua totalidade; 5) um potencial hídrico capaz de gerar 100 gigawatts de energia elétrica entre outras.

Amazônia fora do mapa?

A questão relacionada à supressão da Amazônia do mapa do Brasil deve ser olhada pelo prisma da insatisfação de brasileiros, que vivendo no exterior, não têm conhecimento das lutas e das causas defendidas pelos verdadeiros amazônidas, onde se destacam políticos, pesquisadores, cientistas. Claro que para nós, brasileiros da Amazônia, a tese é absurda. Mas ela foi e continua sendo motivo de diferentes correntes de pensamento dentro e fora do País e vem sendo mostrada ou exposta desde o final da década de 90. Esta idéia nasceu nos EUA a partir de um artigo publicado na revista *Foreign Policy*, escrito pelo professor Juan Enriquez, do Centro David Rockefeller para Estudos Latino-Americanos. Ora, o Professor Enriquez era o

3 Al Gore: político norte-americano. Confira no site do IHU, editoria *Notícias Diárias*, o comentário de Luiz Carlos Merten, sobre o documentário *Uma verdade inconveniente*, publicado em 03-11-2006. Em 13-10-2006, reproduzimos uma entrevista com Al Gore intitulada *Este homem quer conter as lágrimas do Kilimanjaro*, também nas *Notícias Diárias*. O Blog do IHU repercutiu, igualmente, o documentário de Gore. Acesse nossa página, www.unisinos.br/ihu, e confira. (Nota da *IHU On-Line*)

negociador do governo do México no conflito de Chiapas¹, e isso, ao que parece, teria sido bastante para justificar o medo de que sua tese se tornasse realidade no resto do continente, transformando-se em verdadeira paranóia. Todavia, os movimentos internos e externos, para forçar o governo brasileiro a demarcar terras indígenas em espaços territoriais cada vez maiores, como aqueles dos povos indígenas na Amazônia, projetam a criação do estado independente dos ianomâmis e de outras etnias e merecem uma ampla discussão no cenário político e científico brasileiros. Esta tese foi pela primeira vez discutida no trabalho do professor Arthur Reis intitulado *A Internacionalização da Amazônia*², nos idos da década de 50, no qual são mostrados vieses de uma possível intervenção do espaço físico da Região Amazônia, que compreende nada menos do que seis países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela). A pergunta é: como se daria essa ocupação?

IHU On-Line - Tomando em consideração a monocultura, o desmatamento e a criação de gado, quais são os maiores impactos ambientais sofridos pela Amazônia? Quais são as perspectivas para os próximos anos?

Antônio dos Santos - Muito se tem falado sobre a monocultura no espaço amazônico, e esse é um assunto que ainda desperta muitas polêmicas e contradições. De um lado, estão as experiências do complexo do Jarí, do falecido magnata americano Daniel Ludwig, com suas culturas de gemelina, pinus e eucalipto, para suprir sua fábrica de celulose, que mostraram duas coisas importantes: 1) a introdução de espécies exóticas e; 2) a

1 Conflito de Chiapas: o site do IHU deu ampla repercussão ao Conflito de Chiapas. Para acessar o material, basta entrar no link Notícias Diárias, e digitar a palavra chave "Chiapas". (Nota da *IHU On-Line*)

2 Arthur Cezar Ferreira Reis. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Nota da *IHU On-Line*)

monocultura. Ambas se inviabilizaram pela forma como foram conduzidas, isto é, sem o conhecimento da complexidade do ambiente amazônico. A segunda experiência, realizada com o cultivo de arroz, também não respondeu ao esperado, devido ao mesmo princípio. Quanto ao desmatamento para criação de gado, os resultados das pesquisas científicas realizadas mostram que a Amazônia, em sua maior parte, não apresenta vocação para a pecuária, a não ser em áreas restritas como a dos campos naturais de Roraima e as áreas de várzea dos rios de água barrenta. Neste caso, há necessidade de avaliar os impactos sobre a ictiofauna (fauna de peixes), base de sustentação protéica das comunidades amazônicas. As perspectivas para os próximos anos deverão passar pelo crivo da pesquisa científica que se avoluma e ganha consistência com a criação das universidades estaduais e particulares e com o fortalecimento das universidades federais sediadas na região, cuja demanda em pesquisas nas diferentes áreas de conhecimento se expande através da implantação dos cursos da pós-graduação (mestrado e doutorado) e das instituições de pesquisa, a saber: EMBRAPA, INPA e a vigilância ambiental SIPAM no caso do Brasil. Pode-se, ainda, avaliar o caso das instituições de ensino e pesquisa sediadas em outros países amazônicos, dentre as quais se destacam a Universidade Nacional da Colômbia (UNAC), a Universidade Nacional do Peru e Instituto Nacional da Amazônia Peruana, cuja parceria se estabelece com as instituições de ensino e pesquisa brasileiras, através do Tratado de Cooperação do Pacto Amazônico.

IHU On-Line - Em que medida o Protocolo de Kyoto seria uma forma de minorar os efeitos negativos causados ao ambiente amazônico?

Antônio dos Santos - O Protocolo de Kyoto foi bem assimilado no contexto amazônico, e muito embora seja uma forma de viabilizar através de incentivos a

conservação/preservação das florestas tropicais e tropical-equatorial, há de se levar em consideração que somente uma floresta em crescimento é capaz de absorver gás carbônico da atmosfera. Isso tem criado certos contratempos na negociação da floresta amazônica, uma vez que, estando ela em homeostase¹, há um balanço entre o que ela produz e consome, através de seu metabolismo. Os recursos do Protocolo poderiam, por exemplo, recuperar as áreas degradadas com a inclusão de culturas perenes, semiperenes e de curta duração, permitindo, assim, um aporte significativo de gás carbônico da atmosfera. Por outro lado, ainda não se conhece com exatidão a emissão de outro gás de efeito-estufa, o gás sulfídrico emanado dos ecossistemas lacustres onde existe uma grande quantidade de biomassa vegetal em decomposição e que, na ausência de oxigênio, libera o gás para a atmosfera. Neste caso, os recursos do Protocolo de Kyoto viriam a dar suporte para as pesquisas sobre os ecossistemas aquáticos, principalmente lagos, hoje estimados em mais de 100 000 na várzea amazônica e onde de modo intempestivo tentam desenvolver a bubalino cultura (cultura de búfalos).

IHU On-Line - Quais são as possibilidades de se concretizar a previsão de que em 100 anos a temperatura da Amazônia pode subir em 8°C e converter esse ecossistema em cerrado? E quais seriam os impactos ambientais para o Brasil e o mundo?

Antônio dos Santos - Há necessidade de se avaliar esse tempo. É verdade que o oeste paraense, especialmente a região bragantina, e o norte dos estados de Mato Grosso e do Tocantins, nos últimos 50 anos, passaram por sérias

¹ Homeostase: propriedade de um sistema aberto, seres vivos especialmente, de regular o seu ambiente interno de modo a manter uma condição estável, mediante múltiplos ajustes de equilíbrio dinâmico controlados por mecanismos de regulação interrelacionados. (Nota da *IHU On-Line*)

agressões ambientais e em algumas áreas foi notório o início do processo de desertificação. Todavia, o ecossistema amazônico tem um potencial de auto-regeneração muito grande, isto é, se deixado em pausa, o sistema de auto-regenera em poucos anos. Por isso, é necessário, em primeiro lugar, estabelecer qual será o tempo igual a zero em que o fato ocorrerá. Para que ocorra esta mutação, é necessário que aconteçam quatro coisas importantes, a saber: 1) cessar as entradas de massas de ar de origem oceânica na bacia amazônica e diminuir a um ponto crítico o efeito da evapotranspiração, fazendo com que haja a diminuição das chuvas; 2) cessar o deslocamento da frente de convergência intertropical que promove, na região equatorial, a distribuição das chuvas; 3) cessar o efeito do aquecimento das águas do Pacífico na costa peruana, principalmente e; 4) que a floresta seja reduzida à pastagem. No caso desses fatos acontecerem, teríamos dois caminhos a seguir, como discutido no encontro realizado na década de 1970 no INPA, com o apoio do Centro de Pesquisas Atmosféricas do Colorado (NCAR). Ou o Brasil e o mundo seriam abalados por enchentes devido ao rápido degelo das calotas polares, com inundação das partes mais baixas (um novo dilúvio) ou o espessamento da atmosfera, devido ao grande volume de gases promoveria um resfriamento global, levando-nos a uma nova glaciação. Entretanto, é necessário que o Primeiro Mundo ou os países do hemisfério norte revejam todos os seus projetos à base de queima de petróleo e carvão para que o planeta possa também se auto-recuperar.

IHU On-Line - Como a devastação amazônica pode colocar em risco esse potencial hídrico?

Antônio dos Santos - Os riscos ambientais relacionados com a conversão da floresta em pastagem ou cerrado podem ser agrupados em três níveis, ou seja, riscos reais, imaginários e especulativos. Riscos reais:

assoreamento das bacias de drenagem devido ao processo de erosão; 2) mudanças no ciclo hidrológico, devido à diminuição da evapotranspiração, do escoamento superficial e da redução do tempo de residência da água. Riscos imaginários: decorrentes da falta de conhecimento sobre o metabolismo ambiental da região (por exemplo, que a floresta seria o pulmão do mundo e que os solos seriam irreversivelmente laterizados); e Riscos especulativos: modificação climática alterando o regime de abastecimento subterrâneo das bacias de drenagem e mudando drasticamente o regime fluvial.

IHU On-Line - De que modo a sociedade pode auxiliar a preservar a Amazônia? Você poderia mencionar algumas atitudes práticas que as pessoas poderiam adotar?

Antônio dos Santos - O principal adversário da Amazônia é o desconhecimento a que a região está submetida. Muitos falam da Amazônia, mas poucos a conhecem nas suas entranhas na intimidade de seus ecossistemas, nas peculiaridades de seu metabolismo, nas suas trocas de energia, e isso faz com que o povo brasileiro não tenha uma consciência formada sobre o que ela representa para o Brasil. Por um lado, fala-se da Amazônia ou como a floresta onde estão as tribos ferozes, os canibais, as feras e, ainda, como se ela fosse a região que possui tigres, elefantes, rinocerontes, girafas, hipopótamos e outros bichos. Por outro lado, fala-se dela com o último refúgio da vida natural, o paraíso encantado das mulheres guerreiras, a área onde são devastadas diariamente centenas de hectares da floresta. Muitos supõem que ela e suas cidades ainda são habitadas por índios (sem nenhum demérito aos irmãos de raça) e por cobras grandes capazes de engolir crianças. Outros nem sequer querem visitá-la por medo ou covardia e, desse modo, geram discursos falaciosos sobre a região. Assim, a melhor atitude prática que pode

ser adotada é levar o conhecimento sério, sem meios termos às crianças, adolescentes e adultos, através do processo educativo. Não essa educação de massa que privilegia a quantidade em prejuízo da qualidade, ou da esmagadora bibliografia sobre a região em que os autores desconhecem a região porque nela nunca estiveram, e falam ou escrevem por ouvir falar. Ou porque os livros didáticos não são construídos e embasados a partir do conhecimento científico, porque desprezam as inteligências dos amazônidas da Amazônia, com seus costumes, suas crenças, seu conhecimento tradicional, seus pesquisadores de beira de barranco, ou ainda com aqueles que passam seus dias a observar o movimento das águas dos rios e conhecem, no marolar das ondas dos lagos, qual é o tipo de peixe e o tamanho do cardume que pode ser capturado. Esse manancial de conhecimento só pode ser adquirido por quem vivencia o ambiente amazônico, não de passagem como rota turística, mas na intimidade de suas relações harmônicas.

Quantos livros que retratam a Amazônia falam dela como um organismo harmônico, onde as forças da Natureza se interpolam e se equilibram? Quantos a retratam em suas diferentes conformações, nas quais o conhecimento dos rios, furos, igarapés e lagos ou lagos de ria é importante como meio de transporte? Quantos falam do aproveitamento das várzeas dos rios de água barrenta para a produção de alimentos ou reprodução da fauna? Quantos falam do caboclo amazônida a entender o pulso das águas para poder viver as grandes cheias? Quantos relatam a epopéia do homem amazônico, esquecido pelo poder público e escondido nas barrancas dos altos rios, mas que conserva o sentimento de cidadania enclausurado em seu íntimo, e que é capaz de remar, por dias seguidos, vencendo as adversidades do meio, pelo prazer de votar, pois acha que é um dever de cidadão? É preciso ensinar que na Amazônia existe uma etno-antropo-diversidade com uma pluralidade de

línguas, costumes e valores que se individualizam e se diferenciam em função do espaço, rio e valores ancestrais.

IHU On-Line - Quais são as medidas governamentais e de ONGs que estão sendo tomadas para conter a depredação da Amazônia?

Antônio dos Santos - Nesse momento da vida nacional, a Amazônia tem sido foco de muitos discursos que, na maioria das vezes, trazem palavras que se esvaziam com o decorrer do tempo. Todavia, para que as medidas de governo sejam eficazes para a região, é necessário que os governantes tenham contato mais direto com a realidade amazônica. Nós últimos 50 anos apenas um presidente e um candidato a presidente sentiram as necessidades e os problemas das populações. O primeiro foi o presidente Castello Branco¹ e o segundo o presidente Luis Inácio Lula da Silva, na qualidade de candidato ao maior cargo mandatário do País. Ora, se se conviver com as realidades apenas ouvindo falar através dos diversos peticionários políticos, sem vivência na região, é quase impossível determinar políticas públicas que garantam o desenvolvimento e a felicidade dos povos da Amazônia e do Brasil que se firmem a longo prazo. Talvez por isso as medidas governamentais apenas focam pequenos nichos da grande Amazônia, quase sempre voltados para o capital, sem levar em consideração

¹ **Humberto de Alencar Castello Branco** (1900-1967): militar e político brasileiro, presidente da república designado após o Golpe Militar de 1964. Nomeado chefe do Estado-Maior do Exército por João Goulart em 1963, Castello Branco foi um dos líderes do Golpe de Estado de 31 de Março de 1964, que depôs Goulart. Eleito presidente pelo Congresso, assumiu a presidência em 15 de abril de 1964, e ficou no posto até 15 de março de 1967. Durante seu mandato, Castello Branco desmantelou a esquerda do Congresso e aboliu todos os partidos. Foi sucedido pelo seu ministro de Guerra, Marechal Costa e Silva. (Nota da *IHU On-Line*)

outros anseios das comunidades regionais. Por exemplo, a demanda por madeira no mundo é uma realidade, e isso tem conduzido à exploração irracional de grande porte, empobrecendo a floresta, descapitalizando-a e, mesmo assim, os governos ainda não despertaram para a necessidade premente de aplicação do que prescreve o Código Florestal Brasileiro. Não há exigência do reflorestamento e mesmo nos projetos ditos de exploração sustentada o que se vê é a prática da rebrota natural. Em outros casos, as grandes madeireiras se transferem de dono sem que haja uma fiscalização por parte do governo, no que diz respeito ao monitoramento das ações propostas nos planos de manejo florestal, induzindo, desse modo, a retirada sem controle da madeira fora de seus empreendimentos.

Reavaliação das ONGs

Quanto às ONGs, algumas são direcionadas para fazer lastro de conhecimentos sobre a região, mas muitas delas, como tem sido mostrado, são organizações acobertadas por interesses difusos comandadas por forças exógenas e mantidas com capital internacional, sem prestar nenhum serviço à região, ao Brasil e nem aos residentes na região. Como o território é vasto e em alguns locais de difícil acesso, o poder público não tem como realizar um controle sobre suas atividades e, nesse caso, quem sabe caberia aos Ministérios Públicos Federal e Estadual, na qualidade de guardiões da integridade do patrimônio nacional, juntamente com as Forças Armadas, realizarem uma grande avaliação sobre a presença dessas organizações na Amazônia. O que delas se conhece é que estão travestidas de defensoras da floresta, dos índios, e só aparecem quando a ganância dos exploradores extrativistas promovem casos de violência como o acontecido, recentemente, no Pará.